Sábado, 17 de Outubro de 2026

# Sefaz-MT retoma obra da sede após dez anos e apresenta avanços em metas ao governo

**Secretaria apresenta balanço do primeiro semestre com modernização de infraestrutura e expansão de programas de cidadania fiscal**

A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT) divulgou nesta quinta-feira (15) um detalhado balanço das metas alcançadas no primeiro semestre de 2026. A apresentação ocorreu durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag).

Os resultados foram expostos à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO), presidida pelo deputado Carlos Avallone. A apresentação contou com a participação dos secretários adjuntos de Administração Fazendária, Radiana Clemente, de Projetos Estratégicos, Vinícius Simioni, e de Transformação Digital e Inovação Fazendária, Kleber Geraldino.

Um dos principais destaques foi a retomada da obra do Complexo VI da edificação administrativa fazendária, interrompida há mais de dez anos. A conclusão está prevista para 2027 e integra iniciativa ampla de modernização da instituição, visando otimizar o atendimento ao público, fortalecer as operações de fiscalização e disponibilizar espaços mais apropriados para colaboradores e contribuintes.

"Estamos progredindo significativamente na revitalização da infraestrutura da Sefaz, com conclusão de projetos relevantes e reativação de empreendimentos que permaneceram paralisados longamente. Este desenvolvimento reflete o empenho do Executivo estadual em investimentos infraestruturais que potencializam benefícios populacionais e aprimoram situações laborais dos servidores", afirmou Radiana Clemente, secretária adjunta de Administração Fazendária.

O programa de modernização contempla unidades especializadas em fiscalização espalhadas pelo interior mato-grossense, além de iniciativas de urbanização, implantação de sistemas tecnológicos e requalificação de áreas administrativas. Conforme informações do relatório apresentado, os projetos de modernização e revitalização infraestrutural registraram índice de 85,51% quanto à capacidade operacional e financeira da despesa no período analisado.

Destaque adicional foi conferido aos progressos do Profisco II, iniciativa financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), direcionada a fortalecer a administração fiscal, financeira e tributária estadual. Na primeira metade de 2026, sobressaem-se a implementação do Data Center Estadual, a finalização da reformulação do Portal da Transparência, desenvolvido pela Controladoria Geral do Estado (CGE), além de programas de capacitação para equipes técnicas.

O Profisco II dispõe de aporte financeiro total de US$ 62,5 milhões, dos quais US$ 56,2 milhões provenientes do BID e US$ 6,2 milhões como contribuição estatal. Coordenado pela Sefaz com operações focadas na administração tributária, o programa igualmente beneficia instituições como PGE, CGE, Seplag, MTI e MTPREV.

**Crescimento em cidadania fiscal**

Na esfera de responsabilidade fiscal e educação do contribuinte, a secretaria ressaltou a trajetória ascendente do Programa Nota MT. No período considerado, houve incorporação de 30,9 mil novos participantes, totalizando 819.066 inscritos até final de junho.

Durante o semestre, foram realizados seis sorteios com periodicidade mensal, distribuindo 6.060 prêmios no valor acumulado de R$ 5,4 milhões à população. Paralelamente, instituições de assistência social indicadas

pelos participantes receberam premiações equivalentes a R$ 1,08 milhão. Ao término do período, 310 entidades constavam do cadastro do programa.

Buscando potencializar a capilaridade do Programa Nota MT nas localidades do interior estadual e consolidar relacionamento mais próximo com cidadãos, a Sefaz executou atividades educativas de conscientização fiscal em eventos como Corrida de Reis e Multiação, além de ações em unidades Ganha Tempo. Foram realizados sorteios do programa nas cidades de Sinop e Cáceres. Tais iniciativas objetivam ampliar adesão populacional e enfatizar a relevância de solicitar documentação fiscal.

A audiência pública comportou apresentações de treze órgãos estatais adicionais, além da Secretaria de Fazenda.